

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério  
— Quêlsee Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

###### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

###### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

##### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Quêlsee Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lúlio Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quêlsee Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

###### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



### 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 191ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 15 de Outubro de 1973 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Iris Caldart.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Borsari Neto, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Arthur de Souza, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Nelson Fuffara, Gilberto Carvalho, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quiesse Crisóstomo e Wilson Brandão (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann, Alvaro Dias, Antônio Maciel, Basílio Zarusso, Domício Scaramella, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Ivo Rocha, Lázaro Dumont, Luiz Renato Soares, Maurício Fruet, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Fortes, Xenofonte Villanueva a João Mansur (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, destinada à apreciação de Votos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 31 Srs. Deputados.

em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 228-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 93-73, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Alvorada D'Oeste, Município de Cascavel, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 16, terça-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:  
DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 229-73.  
Levanta-se a Sessão.

### 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 192ª Sessão Ordinária Realizada em 15 de Outubro de 1973 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Borsari Neto, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Arthur de Souza, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Nelson Fuffara, Gilberto Carvalho, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quiesse Crisóstomo e Wilson Brandão (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann, Alvaro Dias, Antônio Maciel, Basílio Zarusso, Domício Scaramella, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Ivo Rocha, Lázaro Dumont, Luiz Renato Soares, Maurício Fruet, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Fortes, Xenofonte Villanueva a João Mansur (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 160-73 e a inclusão na Ordem do Dia de 16 do corrente mês.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, em termos regimentais, requer seja consignado na Ata da presente Sessão um voto de congratulações endereçado ao eficiente titular da Pasta Fazendária, Engenheiro Maurício Schulman, pelas instruções baixadas recentemente visando isentar de multa o contribuinte que apresente, mesmo fora do prazo, a Guia de Informação e Apresentação — G.I.A. —, em atenção aos reiterados apelos dos interessados para se familiarizar com o sistema estabelecido.

O presente voto, que objetiva registrar a sã orientação da política fiscal do Estado — executada pelo ilustre Secretário da Fazenda — é extensivo a S. Exa., o Sr. Governador do Estado, Engenheiro Emilio Hoffmann Gomes, cuja filosofia de governo, humanizadora e democrática, se confirma e se consagra em decisões como a que ora se destaca.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 1973.  
(a) Gabriel Manoel

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer no uso de suas prerrogativas parlamentares, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações a distinta e operosa classe dos professores de nosso Estado ao ensejo do Dia consagrado às justas homenagens de nossa Coletividade a quem tanto tem honrado seus nobres misteres como fiadores da educação e cultura de nossa mocidade estudiosa, primando pelo cumprimento fiel de seus deveres e apresentando elogiável espírito de devoção à missão tão grandiosa quanto patriótica.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja enviada competente comunicação à Associação que congrega a nobre e prestigiosa classe e afirmando, na oportunidade, a profunda admiração que esta Casa de Leis tem sabido, através do tempo, dedicar a esta força viva sempre a serviço de uma melhor destinação para o Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1973.

(a) Santos Lima

#### PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 232-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Prefeitura Municipal de Japira, o veículo "Jeep Willys", motor n.º B 818.538, ano de fabricação 1958, chassis n.º 012.475, 4 cilindros, com 72 H.P., de propriedade da Secretaria de Agricultura e considerado inservível.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1973.

(a) Gabriel Manoel

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de viatura que, de há muito, vem prestando serviço àquela Municipalidade, estando a necessitar, agora, de reparos, a fim de poder continuar a ser utilizada.

Não convido, por anti-econômico, que tal veículo tetorne ao Estado, o mais certo e justo é que ele seja dado àquela Prefeitura que, procedendo aos reparos necessários, poderá continuar contando com os seus serviços. É a razão deste Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente, está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,  
com a presença de 31 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 126-73, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Professor Cleto", APPROCLE. Parecer favorável da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 177-71, de autoria do Dep. Sebastião Rodrigues, que acresce do parágrafo que especifica, ao artigo 84 da Lei n.º 5.871 de 6.11.68. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. e C.I.P. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 177-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º. O artigo 84, da Lei n.º 5.871, de 6 de novembro de 1968, fica acrescido do seguinte parágrafo que será o 2.º passando o seu parágrafo único a ser o 1.º:

§ 2.º. Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao professor que a requerer, conceder-se-á licença especial de três meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1971.

SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR

#### JUSTIFICAÇÃO:

A proposta que ora oferecemos ao estudo e à deliberação desta Casa, tem por objetivo dispensar à nobre classe do Magistério, tratamento semelhante ao que é concedido ao funcionalismo do Estado, relativamente ao benefício da Licença Especial, isto é: o direito de gozá-la após cada quinquênio de efetivo exercício, na forma prevista no Estatuto dos Funcionários Civis do Estado. E a inclusão do dispositivo, objeto deste projeto, na Lei 5871 de 6.11.68 (Estatuto do Magistério), sanará o tratamento dispare que atualmente se verifica.

LEI N. 5871

DATA: 6 de novembro de 1968.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte lei:

#### SEÇÃO II

##### Da Licença Especial

Art. 84. Ao professor que durante um período de dez anos consecutivos não se afastar do exercício de suas funções é assegurado o direito a licença especial de seis meses, por decênio, com vencimentos integrais e respectivas vantagens obtidas a título permanente.

Parágrafo único. Para os fins previstos neste artigo, não são considerados como afastamento do exercício:

- a) férias e trânsito;
- b) casamento, até oito dias;
- c) luto por falecimento do cônjuge, pai, mãe, até oito dias;
- d) convocação para o serviço militar;
- e) juri e outros serviços obrigatórios por Lei;
- f) licença para tratamento de saúde até o máximo de doze meses por decênio;



- g) licença para tratamento de interesses particulares, desde que não ultrapassem de seis meses durante um decênio;
- h) licença por acidente em serviço ou molestia profissional;
- i) licença à professora gestante;
- j) licença por motivo de doença em pessoa da família, até seis meses;
- l) molestia devidamente comprovada até três dias e
- m) missão ou estudo no País ou no exterior, quando designado ou autorizado pelo Chefe do Poder Executivo.

## Comissão de Constituição e Justiça

## PROJETO DE LEI N. 177-71

## PARECER

1. — De autoria do nobre deputado Sebastião Rodrigues, tem o presente projeto por finalidade incluir, no Estatuto do Magistério, o direito ao gozo da licença especial após cinco anos de efetivo exercício da função de professor, nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

2. — A rigor esse direito abrange a classe do Magistério, pelo fato de se tratar de um direito assegurado na Constituição ao servidor do Estado em geral, sem qualquer distinção. A omissão do Estatuto do Magistério não implica em privar o funcionário-mestre de um benefício que lhe advém da Lei Maior. Aliás, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado contém normas de caráter genérico, abrangentes da totalidade dos funcionários estatais, enquanto que o Estatuto do Magistério somente disciplina, dentro dos limites do referido diploma geral as peculiaridades das diversas atividades, funções e exercício de direitos dos membros da referida categoria funcional.

3. — No entanto, como prosperam dúvidas quanto a esse entendimento, julgo conveniente acrescentar ao texto do Estatuto do Magistério aquele direito de que os professores são titulares, por força da sua condição de servidores do Estado.

4. — Opino pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 4.11.71.

as. ilegível — Presidente

ARMANDO QUEIROZ — Relator

seguem várias assinaturas ilegíveis.

## Comissão de Finanças e Orçamento

## PARECER AO PROJETO DE LEI N. 177-71

De autoria do ilustre Deputado Sebastião Rodrigues, o Projeto de Lei em exame pretende acrescentar um parágrafo ao Artigo 84, da Lei n.º 5.871, de 6 de novembro de 1968, nos seguintes termos: "Após cada quinquênio de efetivo exercício ao Professor que a requerer, conceder-se-á licença especial de três meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo".

As doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Instrução Pública já se pronunciaram favoráveis à iniciativa. Do ponto de vista financeiro, que esta Comissão cabe examinar, somos, também pela aprovação da matéria.

E o parecer,

S.M.J.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

aa. ilegível — Presidente

ALVARO DIAS — Relator

seguem duas assinaturas elegíveis

## Comissão de Instrução Pública

## Projeto de Lei n.º 177-71

## PARECER

1. Tem por finalidade o presente projeto acrescentar parágrafo à Lei n.º 5871, que garanta licença especial aos professores, que tenham cinco anos de efetivo desempenho de seu cargo.

2. Desde que os demais servidores dos quadros estaduais tem esse direito assegurado em seu Estatuto, nada mais justo que se conceda tal benefício também à classe do magistério.

3. Assim sendo, somos pela aprovação do projeto.

S.M.J., é o parecer.

aa) ilegível

ALVARO DIAS

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

as. ilegível

examinar, não vemos qualquer impedimento para deixar de acolhê-la nesta Comissão.

3 — Assim sendo, nosso parecer é pela Aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1973.

aa) ilegível — Presidente

IGO IWANT LOSSO — Relator

seguem-se várias assinaturas ilegíveis.

## Comissão de Finanças

## Projeto de Lei n.º 168-73

AUTOR — Leopoldo Jacomel

## PARECER

I — Medida meramente autorizatória, nenhum problema financeiro vai acarretar, visto tratar-se de maquinários em desuso, carentes de reparos os quais serão realizados pelo Município para quem está sendo proposta a doação.

II — O parecer desta Comissão é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18 de 09 de 1973.

aa) Quiesle C. da Silva — Presidente

Alvaro Dias — Relator

João Fadel

Wilson Fortes.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 168-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Quitandinha um (1) trator Esteira marca CATERPILLAR, modelo D4-40 A, Série 1595 pertencente a Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

## Projeto de Lei n.º 168-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Quitandinha um (1) trator de marca CATERPILLAR modelo D4-40 A, série 1595, trator esteira, pertencente a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973.

a) Leopoldo Jacomel

## JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa dar auxílio aos agricultores do interior, através de suas Prefeituras Municipais carentes desse equipamento.

## Comissão de Constituição e Justiça

## PARECER

O nobre Deputado Leopoldo Jacomel, propõe pelo presente Plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Quitandinha um (1) trator de marca CATERPILLAR, modelo D4-40 A, série 1595, trator esteira pertencente à dotação da Secretaria da Agricultura.

## Comissão de Constituição e Justiça

## Projeto de Lei n.º 168-73

Não se insurge nenhum impedimento de ordem legal constitucional ou formal visto tratar-se de mera autorização ao Poder Executivo para concretizar a medida proposta.

Considerando justa e oportuna a iniciativa, opino pela sua Aprovação.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 29.3.73.

aa) Antonio Costa — Presidente

Nelson Buffara — Relator

Ivo Tomazoni

Ovidio Luiz Franzoni

Sebastião Rodrigues Júnior

Erondy Silvério.

Igo Losso

Antonio Lopes Júnior

## Comissão de Finanças

## Projeto de Lei n.º 168-73

AUTOR: Leopoldo Jacomel

## PARECER:

O presente Projeto de Lei, já devidamente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, é matéria meramente autorizatória, não apresenta nenhum impedimento de ordem financeira.

A matéria é oportuna tendo em vista que as Prefeituras Municipais são carentes de equipamento desse tipo.

Nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 04 de setembro de 1973.

aa) Quiesle Crisóstomo — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Dias

João Fadel

Gilberto Carvalho.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 182-73, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo transferir por doação, à Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, o terreno situado no quadro urbano da sede do Município de Querência do Norte para nele ser construída uma unidade escolar e demais instalações. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.T.I.C. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

## Projeto de Lei n.º 182-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir por doação, à Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, — o terreno situado no quadro urbano da sede do município de Querência do Norte, medindo 120 metros para a Rua Fortaleza, 120 metros para a Rua Vitória, 80 metros para a Rua Alagoas e 80 metros para a Rua Mato Grosso transcrito sob o n.º 7.452, de 17 de novembro de 1967, na Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda, com a finalidade de nele ser construída uma unidade escolar e demais instalações de ensino.

Art. 2.º — Da escritura de doação deverá constar disposição que obrigue



a donatária a utilizar o imóvel referido no artigo anterior, exclusivamente para os fins ali estabelecidos, sob a pena da lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 1973.

a) Wilson Fortes

#### JUSTIFICAÇÃO:

A entidade estatal encarregada da política de equipamento escolar é a FUNDEPAR. Segundo orientação do citado órgão, somente por meio de doação do terreno é que as construções de estabelecimento escolar são autorizadas. Por essa razão, o lote referido pelo projeto, embora tenha sido obtido pelo Estado por força de doação do município, necessita ser transferido a FUNDEPAR a fim de que a finalidade da doação seja alcançada.

É o que pretende o presente Projeto.

República Federativa do Brasil

Registro de Imóveis

Comarca de Loanda — Estado do Paraná

ONÉZIMO FERRAZ Oficial

CERTIFICO, que sob 7.452 (Sete mil, quatrocentos e cinquenta e dois). Livro 3—J de Transcrição das Transmissões foi efetuada a Transcrição do teor seguinte: — Data do registro: — 17 de novembro de 1967. Circunscrição: Loanda-Pr. — Situação: — Quadro urbano, cidade Querência do Norte. — Característicos: — Uma área designada, conforme planta geral desta cidade, a construção da Prefeitura Municipal o Forum" com 9.600 ms2 (nove mil e seiscentos metros quadrados) medindo 120 metros com a rua Fortaleza, 120 ms com a rua Vitória, 80 ms com a rua Alagoas e 80 metros com a rua Mato Grosso. — TÍTULO ORIGINAL. — 6.617 de Loanda. Donatário: — O Estado do Paraná, pessoa jurídica de Direito Público, representado neste ato pelo procurador substabelecido sr. Nelson Leal, brasileiro solteiro engenheiro residente em Paranavai, deste Estado. — Doadora: — PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE representada neste ato pelo seu Prefeito sr. Paulo Konrath, brasileiro, casado, agricultor, residente nesta cidade; devidamente autorizado pela lei Municipal n. 1-65, de 20 de janeiro de 1965 (a qual fica arquivada em Cartório). — TÍTULO: — Escritura Pública de Doação, lavrada nas notas do Tabelionato Souza de Querência do Norte, deste Estado, em data de 8.8.66, as fls. 192v a 193v do livro n.º 1. — Valor: — sem valor. — Condições: — A presente doação é feita com a condição de no imóvel doado ser construída uma unidade escolar e demais instalações do ensino. Tudo conforme a lei Municipal n.º 1-65 — T.I.E. — Isento conforme consta na escritura. — O referido é verdade e dou fé. — Loanda, 17 de novembro de 1967. — (a) Wilma dos Santos Nogueira) — Oficial Maior, NADA MAIS. Era o que se continha em dito registro do qual bem e fielmente extrai a presente certidão. — O referido é verdade e dou fé. Loanda, 24 de maio de 1973.

as. ilegível — Oficial

#### Comissão de Constituição e Justiça

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 182-73

Autor: Wilson Fortes

Assinado pelo ilustre deputado Wilson Fortes, o Projeto de Lei em estudo nesta Comissão, pretende autorizar o Poder Executivo a transferir por doação, à Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR — um terreno situado no quadro urbano da sede do município de Querência do Norte, que especifica, com a finalidade de nele ser construída uma unidade escolar e demais instalações de ensino.

A propositura encontra amparo na lei e no Regimento Interno e a justificação apresentada é plenamente convincente.

Pela aprovação.

É o parecer

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973.

aa) ilegível — Presidente

Quiêse Crisóstomo da Silva — Relator

seguem-se várias assinaturas ilegíveis.

#### Comissão de Finanças

##### PROJETO DE LEI N.º 182-73

AUTOR: Wilson Fortes

#### PARECER:

A matéria plenamente justificada e aprovada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, não apresenta nenhuma implicação de ordem financeira.

Nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1973.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

seguem-se mais algumas assinaturas ilegíveis

#### Comissão de Terras, Imigração e Colonização

##### PROJETO DE LEI N.º 182-73

AUTOR: Deputado Wilson Fortes

SUMULA — Autoriza o Poder Executivo a transferir por doação, à Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, o terreno situado no quadro urbano da sede do Município de Querência do Norte, conforme especifica, para nele ser construída uma unidade escolar e demais instalações.

#### PARECER

O Projeto de Lei em testilha de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, visa autorizar o Poder Executivo a transferir por doação à Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, o terreno situado na sede urbana, digo, no quadro urbano da sede do Município de Querência do Norte medindo 120 metros para a Rua Fortaleza, 120 metros para a rua Vitória, 80 metros para a rua Alagoas e 80 metros para a rua Mato Grosso transcrito sob o n.º 7.452, de 17 de novembro de 1967, na Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda, com a finalidade de nele ser construído um estabelecimento escolar e demais instalações de ensino.

As Doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças em sua devida oportunidade, opinaram pela aprovação do Projeto.

No âmbito desta Comissão, não se insurge nenhum impedimento que possa obstar a tramitação normal do Projeto.

Destarte, opino pelo Acolhimento da Proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1973.

DOMICIO SCARAMELLA — Presidente

MARCIANO BARANIUK — Relator

diversas assinaturas ilegíveis.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 198-73 de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que declara de Utilidade Pública o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, com sede e foro na Cidade de Cambé. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### Projeto de Lei n.º 198-73

##### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, com sede e foro em Cambé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1973.

a) Xenofonte Villanueva.

#### JUSTIFICAÇÃO:

Trata-se de entidade que já se impôs ao respeito e à administração do povo de Cambé, pelos relevantes e inestimáveis serviços prestados à comunidade local, notadamente no setor educacional, amparando expressivo número de crianças de famílias sem recursos visando sua formação integral.

A documentação inclusa comprova o que ficou dito acima, bem como demonstra preencher a entidade os requisitos legais exigidos para ser declarada de utilidade pública.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### P A R E C E R

##### AO PROJETO DE LEI N.º 198-73

1 — O projeto ora em exame, de autoria do ilustre Deputado Xenofonte Villanueva, visa declarar de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, com sede e foro na cidade de Cambé.

2 — Examinando o Estatuto do Instituto Nossa Senhora Auxiliadora de Cambé, verificamos que o mesmo preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, ou seja: a) — que a mesma está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade; b) — que está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas e; c) — que a sua diretoria não é remunerada.

3 — Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973

aa) (Ass. ilegível) — Presidente

Wilson Fortes — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### P A R E C E R

##### AO PROJETO DE LEI N.º 198-73

1 — A proposição ora em exame, de autoria do nobre Deputado Xenofonte Villanueva, visa declarar de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, com sede e foro na cidade de Cambé.

2 — Esta matéria, devidamente estudada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos legal e constitucional, mereceu parecer favorável.

3 — Não vemos qualquer impedimento quanto ao aspecto financeiro que se lhe possa antepor, na aprovação da presente matéria, razão pela qual nosso parecer é favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 199-73, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Dr. José Luiz Guerra Rego. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 199-73

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, apresenta o seguinte projeto de Lei:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Dr. José Luiz Guerra Rego.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1973

a) Antônio Lopes Júnior

JUSTIFICAÇÃO — O Dr. José Luiz Guerra Rego completa no próximo ano de 1974, 50 anos de permanência no Paraná. Durante todo esse tempo vem dedicando a sua vida, não apenas às atividades profissionais, como tem colaborado por várias maneiras, pelo progresso de nosso Estado, destacando-se na vida sindical, assistenciais e sociais. Mais alto que esta justificação, fala o seu curriculum, anexo ao presente. Pelo mesmo tomamos conhecimento do seu esforço, da sua dedicação, em vários assuntos, destacando-se o sindical. A sua juventude serviu ao Paraná, como continua ainda, após longos anos, a dar muito de si em benefício da comunidade paranaense.

#### BIOGRAFIA DE JOSÉ LUIZ GUERRA REGO

JOSÉ LUIZ GUERRA REGO — Filho de José Cassiano do Rego e Ana Guerra Rego, nascido em 13.12.1897, Penédo, Alagoas.

Casado com Dna. Ivette Alves de Camargo, tendo duas filhas, Yone Maria Rego Glasser e Josette Maria Hauer Formou-se na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em 18.12.1939.

Vida Sindical: — Exercendo atividades comerciais, começou, em 1939, no Paraná, a interessar-se pelo regime sindicalista, constituindo-se um dos pioneiros nessa área. Na verdade, foi com a Revolução de 1930 que, no Brasil, se começou a dar maior densidade de interesse pelo sindicalismo, cabendo à figura de Lindolfo Color a tarefa dos grandes impulsos nesse setor. Poder-se-ia registrar, aliás, a existência do decreto 19.770, de 19.3.31, e início de duas confederações, a Brasileira do Trabalho e a Confederação Nacional da Indústria e Comércio. Posteriormente, em 1934, com Salgado Filho, foram feitos desmembramentos dessas duas matrizes de Confederação, cabendo, ainda, a Waldemar Falcão novas modificações desmembratórias de Confederações. Sobreveio finalmente, em 1934, o Decreto 5.452, a Consolidação das Leis do Traba-



lho, dando normas e orientações para as atividades sindicais brasileira em vários âmbitos.

O início do interesse de José Guerra Rego, pelo sindicalismo, se deu como consequência de suas atividades no comércio. Sua preocupação fundamental foi a de organizar o Sindicato de Representantes Comerciais. Criado esse Sindicato, foi, durante 5 gestões consecutivas e a partir de 1942, o presidente dessa entidade. Durante esse lapso de tempo surgiu a grande luta no sentido de dar à atividade uma conceituação específica, que, somente, foi possível obter com a Lei 4.886, de 9.12.1965, ou seja, 23 após, isto é, com a Revolução de Março de 1964.

Empolgado com o movimento sindical realizou um verdadeiro trabalho de proselitismo junto ao empresariado econômico paranaense. Graças ao seu entusiasmo e participação, durante decênios, trabalhou para a fundação de cerca de 30 Sindicatos patronais que passaram a formar, hoje, as Federações de Comércio e do Comércio Varejista do Estado do Paraná.

Entendendo que a vida sindical, no Estado, deveria aglutinar-se em Federações e conhecendo o caminho das instituições, participou da fundação das citadas duas Federações. Assim, a do Comércio foi fundada em 29 de janeiro de 1948 e a Federação do Comércio Varejista do Paraná em 4 de maio de 1959. A primeira engloba, hoje, 8 Sindicatos e a segunda um contingente de 18 Sindicatos, congregando, ambas, milhares e milhares de empresários do comércio de nosso Estado.

O reconhecimento pelo seu interesse na vida sindical, seu espírito de combatividade e sua dinâmica atuação fizeram-no participar, a partir de 1949, da primeira diretoria da Federação do Comércio do Paraná, nas funções de segundo secretário da diretoria. A partir de 1954 e até 1962, foi consecutivamente, presidente da Federação do Comércio e, consequentemente, presidente dos Conselhos Regionais do SESC e do SENAC, no Paraná. Foi eleito, em 1960, vice-presidente da Federação do Comércio Varejista do Paraná, função para a qual, repetidamente, foi reeleito, até o dia de hoje.

Em termos nacionais, sua projeção de liderança sindical, no Estado, teria que ser, forçosamente, reconhecida Assim é que, já em 1962 foi eleito pela primeira vez, para as funções de vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio. Exerceu essa vice-presidência até 1964. Voltou, para o biênio 1968/70, para a vice-presidência e, finalmente, foi eleito, em 1971, novamente, vice-presidente da Confederação, para um mandato de um triênio, que se esgotará em 1974.

Foi Prefeito Municipal de Curitiba.

Em 1958, como Conselheiro Especial da Delegação Brasileira, participou da (terceira) III Conferência do GATT, em Genebra.

Como Conselheiro Especial, em 1961, integrou a Delegação Brasileira à X Conferência Internacional do Serviço Social, em Roma na Itália.

Foi presidente da Delegação Brasileira ao XIX Congresso das Câmaras de Comércio Internacional, no México, em 1963.

Foi Conselheiro da Delegação Brasileira XV Conferência Internacional de Bem Estar Social, em Manila, nas Filipinas, em 1970 e, ainda como Conselheiro, participou da Delegação Brasileira na XVI Conferência Internacional do Serviço Social, em Haia, na Holanda, em 1972.

Foi presidente da Legião Brasileira de Assistência do Paraná, Superintendente da Comissão de Abastecimento e Preços; presidente do Conselho de Coordenação das Classes Econômicas do Paraná, presidente da Comissão de Alto Nível para estudar o problema dos telefones, em Curitiba; foi Prefeito Municipal de Curitiba; presidente da Comissão Executiva do Conselho do Fundo Municipal de Telefones de Curitiba; membro da diretoria da Associação Comercial do Paraná; membro do Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Paraná; presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa; fundador do jornal "O Estado do Paraná"; presidente do Graciosa Country

Club E, atualmente, o Cônsul Honorário do México, em Curitiba; membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná; membro do Clube dos "21 Amigos" e sócio benemérito da Câmara de Valores Imobiliários de Curitiba.

Dentre os títulos que possui, destacam-se: Membro de Honra do Conselho do Instituto Internacional da Legião de Honra do Comércio, do Artesanato e da Pequena Indústria da Itália. Recebeu o certificado do "APEX Program" em "Management Problem Analysis and Decision Making" organizado e conduzido por Kepner-Tregoe, Internacional, Princeton, New Jersey Estados Unidos. Recebeu a "Medalha do Mérito na Segurança do Trabalho" que lhe foi concedida, em 1958, pelo Ministro do Trabalho. Foi agraciado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, em maio de 1968, com a Ordem do Mérito do Trabalho, no grau de Cavaleiro, pelos serviços prestados, dedicadamente, à causa sindical brasileira.

CPF — 000528419

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 199-73

AUTOR: Dep. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR

De autoria do ilustre Deputado Antônio Lopes Júnior, vem a esta Comissão, para fins de parecer, o Projeto de Lei em epígrafe, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. JOSÉ LUIZ GUERRA REGO.

A Proposição sobre ser das mais justas e merecidas, porque conhecemos sobejamente as grandes qualidades do Dr. José Luiz Guerra Rego, se enquadra entre aquelas que constitucionalmente cabe a esta Casa iniciar o seu processo.

É o parecer.

Sub-censura.

Sala das Comissões, em 3 de outubro de 1973

aa) (Ass. ilegível) — Presidente

Nelson Buffara — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do dia 16 do corrente, do Projeto de Lei n.º 160-73, e consequentemente, Regime de Urgência. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário da Fazenda pelas instruções baixadas visando isentar de multa o contribuinte que apresente, mesmo fora do prazo, a Guia de Informação e Apresentação — G.I.A., em atenção aos apelos dos interessados. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações a distinta e operosa classe dos professores de nosso Estado ao ensejo do Dia consagrado às justas homenagens de nossa coletividade a quem tanto tem honrado seus nobres mistérios como fiadores da educação e cultura. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, à Hora Regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126-73

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 177-73, 166-73, 168-73, 182-73, 183-73 e 199-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 218-71 e 218-72.

Levanta-se a Sessão.